

## Carta aberta

Somos um grupo que financiou, via fundos de investimento ou diretamente, as concessionárias de energia das empresas do grupo Light – Light Serviços de Energia S.A. (“Light Sesa”) e da Light Energia S.A. (“Light Energia”).

**Representamos mais de três milhões de investidores pessoas físicas** que, por meio de fundos de investimentos ou diretamente, **emprestaram R\$ 5 bilhões para a melhoria dos serviços de fornecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro** e, até o momento, após inúmeras tentativas, não conseguimos dialogar com a gestão da companhia. Por isso escrevemos esta Carta Aberta.

Acompanhamos com preocupação o cenário que se forma a partir da ação dos atuais administradores do Grupo Light, cujo último desdobramento foi o pedido de Recuperação Judicial.

A Light é uma empresa centenária, responsável pelo fornecimento de energia elétrica para aproximadamente dez milhões de pessoas, lares, serviços públicos e privados, indústria e comércio. Todos esses clientes merecem respeito.

Os brasileiros que emprestaram os seus recursos à Light acreditavam que estavam fazendo um investimento em uma companhia idônea. Naquele momento, a Light detinha boa qualidade de crédito e vinha realizando investimentos relevantes na melhoria dos serviços prestados. E ainda, segundo números divulgados pela própria companhia em seu balanço do terceiro trimestre de 2022, não havia nenhuma urgência financeira que justificasse a falta de diálogo e negociação com seus credores.

Desde o final de janeiro deste ano, quando soubemos, pela imprensa, que a companhia contratou uma assessoria especializada em empresas com problemas financeiros, buscamos obter mais informações com a atual administração da Light. Entretanto, a administração da companhia rejeitou todos os pedidos de reuniões com os credores.

A primeira reunião com a companhia aconteceu somente no dia 3 de abril, isto é, após três meses de tentativas de conversas. Na ocasião, a atual administração da Light expôs os seus resultados, e disse que não tinha nenhuma proposta para apresentar aos seus credores.

Após a conversa, em 11 de abril, a companhia ingressou em juízo com um pedido de medida cautelar para suspender por 30 dias a necessidade de pagamento de certas obrigações financeiras, além de solicitar tempo para negociar com os credores, o que surpreendeu a todos, já que ela se recusou a conversar amigavelmente por três meses, não apresentou nenhuma proposta para nossa avaliação e, na sequência, acionou diretamente a justiça, o que demonstra uma incoerência em sua atitude.

Passados mais 30 dias e sem apresentar uma única proposta aos credores, isto é, àqueles que financiam sua operação, a atual administração da Light surpreende mais uma vez,

quando, na última sexta-feira (12) decide ingressar com um pedido de recuperação judicial.

Importante ressaltar que desde a descoberta que a Light havia contratado a empresa de assessoria, as ações da companhia caíram mais de 50% na Bolsa de Valores e os títulos de crédito de sua emissão chegaram a desvalorizar 70%, causando grande prejuízo aos investidores.

Considerando esses fatos, nós, que representamos mais de três milhões de investidores, reafirmamos o compromisso em defender os seus direitos, na busca de uma solução que seja benéfica para todos: empresa, credores, consumidores e a sociedade em geral.

Como investidores da empresa, somos os maiores interessados em que a Light tenha saúde financeira e ofereça os melhores serviços à população. Em outras palavras, assim como todos os clientes da Light, nós, o grupo de credores, precisamos que o fornecimento de energia à região metropolitana do Rio de Janeiro siga em plenitude e, portanto, a operacionalidade da empresa, precisa ser encarada com seriedade. Nesse sentido, é importante que todos entendam que a responsabilidade pelo futuro da Light deve ser cobrada exclusivamente da gestão atual da mesma.

Importante frisar que o pedido de recuperação judicial da Light causa um sentimento de insegurança nos agentes de mercado, o que por sua vez contribui para uma contração relevante na oferta de crédito e aumento dos custos de captação, o que prejudica futuros investimentos em todos os setores da economia, especialmente na infraestrutura, segmento tão importante para o desenvolvimento do país.

Diante do exposto, concluímos esta carta afirmando que seguiremos na defesa do cumprimento da lei e na abordagem construtiva de uma solução junto a todas as partes interessadas. Solução esta que deve priorizar a segurança do atendimento aos consumidores, assim como o cumprimento das obrigações financeiras por parte da Companhia. Permaneceremos vigilantes e, sobretudo, confiantes na justiça e nos reguladores, na certeza de que atuarão de forma diligente e responsável na resolução desse caso.